



EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA NO BRASIL: *saberesfazer* escolares em exposição nas redes e a educação on-line como perspectiva

BRAZILIAN EDUCATION IN PANDEMIC TIMES: school knowledge in the network exposure and online education as a perspective

EDUCACIÓN EN TIEMPOS PANDÉMICOS EN BRASIL: conocimientos escolares en exhibición en las redes y la educación en línea como perspectiva

Vivian Martins¹
Joelma Almeida²

Se a mudança faz parte necessária da experiência cultural, fora da qual não somos, o que se impõe a nós é tentar entendê-la na ou nas suas razões de ser. Para aceitá-la ou negá-la devemos compreendê-la, sabendo que, se não somos puro objeto seu, ela não é tampouco o resultado de decisões voluntaristas de pessoas ou de grupos. Isto significa, sem dúvida, que, em face das mudanças de compreensão, de comportamento, de gosto, de negação de valores ontem respeitados, nem podemos simplesmente nos acomodar, nem também nos insurgir de maneira puramente emocional. É neste sentido que uma educação crítica, radical, não pode jamais prescindir da percepção lúcida da mudança que inclusive revela a presença interveniente do ser humano no mundo. Faz parte também desta percepção lúcida da mudança a natureza política e ideológica de nossa posição em face dela independentemente de se estamos conscientes disto ou não.

FREIRE, 2000, p. 17

Submetido em: 16/05/2020 – **Aceito em:** 13/07/2020 – **Publicado em:** 18/08/2020

¹ Professora do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). Doutoranda e mestra em Educação (PROPED/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ), especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância pela Universidade Federal Fluminense (UFF), MBA em Gestão de Recursos Humanos pela UFF e Graduada em Pedagogia (UERJ). Membro do Grupo de Pesquisa Docência e Ciberultura – GPDOC. E-mail: vivian.martinst@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2839844705473657>

² Professora do Instituto Federal do Pará (IFPA). Doutoranda do Programa de pós-graduação em Educação da UERJ. Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Especialista em Informática e Educação, pela Universidade Estadual do Pará – UEPA. Graduada em Licenciatura em Matemática pelo IFPA e em Tecnologia em Processamento de Dados pelo Centro Universitário do Estado do Pará. Membro do Grupo de Pesquisa Docência e Ciberultura - GPDOC. E-mail: elma.faby.ane@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2031704433559510>



Inicia o ano de 2020 e um distanciamento social é forçado pela presença de um vírus letal que se espalha traiçoeiramente no mundo todo. De repente, ainda que tenhamos presenciado o definhamento de projetos como UAB-Brasil e Parfor, já faz algum tempo que não ouvíamos falar tanto na Educação a Distância no Brasil. Um jeito de *fazer pensar* a educação que parece ter ressurgido com uma força súbita e nunca antes experimentada das formas como temos visto hoje. Virou assunto de programas na TV, de memes nas redes sociais, nas ruas, nos grupos de Whatsapp, nas casas durante o almoço em família e outros *espaçostempos*.

Com a necessidade do distanciamento social para diminuir a transmissão do novo Coronavírus, instituições educacionais precisaram suspender as aulas presenciais e grande parte das instituições de ensino deu continuidade aos processos educativos por meio do ensino remoto ou não presencial. Diante de tantas iniciativas e propostas educacionais diferenciadas, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou em 28 de abril de 2020 parecer³ favorável à possibilidade de cômputo de atividades pedagógicas não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual e proposta de parecer sobre a reorganização do Calendário Escolar, em razão da Pandemia da COVID-19, homologado pelo Ministério da Educação (MEC), em despacho de 29 de maio de 2020⁴.

O parecer busca orientar sobre práticas pedagógicas durante o distanciamento social. Consideramos a opção de cômputo de atividades pedagógicas não presenciais para fins de cumprimento da carga horária problemática e inapropriada, tendo em vista a desigualdade social brasileira, sobretudo acerca do acesso (ou não) à conexão. Também notamos que essa opção desconsidera o princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, disposto no artigo 206 da Constituição Federal. Entre outras informações, o documento apresenta três opções para o cumprimento da carga horária mínima estabelecida pela LDB: reposição da carga horária de forma presencial ao fim do período da pandemia, a

³ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192

⁴ <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=01/06/2020&jornal=515&pagina=32>



ampliação da carga horária diária com a realização de atividades pedagógicas não presenciais, concomitante ao período das aulas presenciais, quando do retorno às atividades e, por fim, a realização de atividades pedagógicas não presenciais.

O CNE possibilita, desta forma, que atividades não presenciais sejam consideradas, minimizando a necessidade de reposição presencial, garantindo por meio de atividades não presenciais o fluxo “normal” das atividades escolares. Refletindo esse “normal”, no nosso ponto de vista não possível na atual conjuntura, consideramos que o referido parecer prejudica alguns grupos sociais que não dispõem de aparatos tecnológicos e materiais (computadores, impressoras, livros, wi-fi) para dar continuidade aos estudos. Porém, forçados a buscar táticas de inclusão na onda do ensino remoto, professores estão criando dispositivos de ensino por conta própria e estudantes se tornaram autodidatas da noite para o dia e estão, como bem explicita a propaganda do Governo sobre o ENEM 2020, “estudando como podem”.

Diante da insegurança sobre o futuro, pelo fato de não termos previsões ou soluções palpáveis, o retorno precoce da educação presencial é, no mínimo, temerário. O MEC lançou Protocolo de Biossegurança para o retorno às aulas presenciais através de uma cartilha⁵ que apresenta medidas de prevenção e segurança às instituições que planejam o retorno presencial de suas aulas, ressaltando que cada instituição possui autonomia para definir a data de retorno presencial, considerando o que for estabelecido pelas autoridades locais. Além do referido protocolo, o Ministério da Educação divulgou nos primeiros dias de junho que irá fornecer internet⁶ e computadores⁷ a alunos de baixa renda de instituições federais, como os estudantes das universidades federais e das instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. O que, infelizmente, só contempla uma pequena parte dos estudantes brasileiros.

⁵ <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas-1/coronavirus/CARTILHAPROTOCOLODEBIOSSEGURANAR101.pdf/view>

⁶ <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-vai-fornecer-internet-a-alunos-de-baixa-renda-de-instituicoes-federais>

⁷ <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-destina-computadores-a-estudantes-de-baixa-renda>



A possibilidade de apoio das instituições aos estudantes por meio da inclusão digital é uma esperança, em última instância, para o não retorno presencial na rede Federal. No entanto, e as outras redes no nosso enorme país? Nesse sentido, nossas propostas seguem pelo caminho da educação online, podendo ter a efetivação da carga horária de forma presencial ao fim do período da pandemia, para que os processos educacionais formais possam ocorrer considerando a integralidade de seus estudantes. Sem prejudicar aqueles que mais precisam de apoio e que, por inúmeros motivos, podem não estar sendo contemplados pelas práticas remotas.

No Brasil, a utilização dos artefatos tecnológicos na educação básica ganhou força com a pandemia de Covid-19. Uma força que pode ter repercussões complexas para os múltiplos entrelaçamentos da educação brasileira. A primeira reflexão que queremos provocar é sobre o próprio termo “isolamento social” mediado pelos usos das tecnologias digitais em rede. Do *bom dia* ao *boa noite*, as táticas de comunicação foram diversas e intensas: mensagens de texto, áudios, chamadas de vídeo, *lives*, reuniões on-line, videoaulas, defesas de teses e dissertações transmitidas em redes sociais, entre outras. Estivemos em quarentena, mas estivemos também, em intenso processo comunicativo no ciberespaço.

Assim, concordamos com a assertiva de Henrique (2020, p. 174), que reflete a respeito do “isolamento social físico”, já que nossas práticas de sociabilidade foram reinventadas e não paralisadas. Contudo, pensamos em reestruturar o conceito para distanciamento social físico, tendo em vista que “Isolamento é uma medida que visa separar as pessoas doentes (sintomáticos respiratórios, casos suspeitos ou confirmados de infecção por Coronavírus) das não doentes, para evitar a propagação do vírus” (UFRGS, 2020, s.p.). Dessa forma, consideramos o termo distanciamento social físico mais adequado para o contexto que estamos nos referindo, a educação brasileira. Nossas escolas e, em especial, nossos professores que não ficaram imobilizados, continuaram com seus processos de socialização e diferentes iniciativas educacionais foram implantadas.

Se houve ou não interesse e tempo hábil para um planejamento das ações para ensino e aprendizagem remotos para os tempos de quarentena em diferentes contextos



educacionais, não sabemos. Uma de nossas preocupações é aligeiramento com que as propostas foram implementadas, a inclusão súbita das iniciativas privadas, com o acesso dos ambientes virtuais de aprendizagem e das interfaces de grandes corporações das telecomunicações, em detrimento dos *softwares* livres, por exemplo. Precisamos refletir sobre questões como: quando os serviços dessas empresas são gratuitos, nós (nossos dados) somos o produto e muitos desdobramentos podem ocorrer. Certamente podemos afirmar que a conjuntura atual expõe as maneiras e os sentidos que cada escola dá à educação. Ou seja, as diversas maneiras como as escolas brasileiras são concebidas estão demasiadamente expostas na rede.

O ensino remoto tem deixado suas marcas... Para o bem e para o mal. Para o bem porque, em muitos casos, permite encontros afetuosos e boas dinâmicas curriculares emergem em alguns espaços, rotinas de estudo e encontros com a turma são garantidos no contexto da pandemia. Para o mal porque repetem modelos massivos e subutilizam os potenciais da ciberultura na educação, causando tédio, desânimo e muita exaustão física e mental de professores e alunos. Adoecimentos físicos e mentais já são relatados em rede. Além de causar traumas e reatividade a qualquer educação mediada por tecnologias. Para o nosso campo de estudos e atuação, a reatividade que essa dinâmica vem causando compromete sobremaneira a inovação responsável no campo da educação na ciberultura (SANTOS, 2020, s.p.).

Vídeos, conferências on-line, mensagens, *lives*, áudios, imagens e sons, tudo junto e misturado. Professores, alunos e seus responsáveis, criando em tempo recorde táticas de sobrevivência a uma demanda de ensino, muitas vezes massivo e unidirecional, o chamado ensino remoto. Esse frenesi do ensino remoto que está sendo praticado, no nosso ponto de vista, equivocadamente por muitas escolas hoje em nosso país não é um problema do COVID-19. É problema de como muitos de nós temos entendido e praticado o funcionamento das escolas há bastante tempo. Observamos como demanda primordial nessas propostas remotas o foco no conteúdo a ser transmitido, com a gravação de videoaulas e envio de apostilas. Esse fato nos oferece pistas importantes sobre mudanças necessárias na educação brasileira.

Não se pode obrigar a escola a migrar para o on-line. De certo, é imprescindível que respeitemos o distanciamento social físico como ação necessária à vida nesse momento.



Nossa saúde em primeiro lugar! Assim como reconhecemos que o ensino remoto pode ser um caminho para a complementação da vida escolar dos brasileiros, de forma a manter contato, pensar em conteúdos interdisciplinarmente, em uma formação cidadã ou reforçar saberes. Não para a substituição completa do encontro com o diferente, em especial na educação básica. Jamais devemos esquecer que a escola é um lugar absolutamente insubstituível e que, independente da forma como aconteça, a educação é um *espaçotempo* de formação forjado em convivências e conversas.

Mas é possível conviver à distância? Há convivência on-line? Já sabemos que sim. Aliás, o que seriam de nossas convivências se não fosse a conexão através da internet nesta quarentena? Porém, o que temos percebido nas ações educacionais que a pandemia colocou em exposição é um processo de educação (formação humana) que foi drasticamente/radicalmente reduzido ao ensino. Para que? Para atender demandas como ENEM, PISA, a justificativa do pagamento de mensalidade nas instituições particulares e o cumprimento de carga horária anual de ensino. Tal perspectiva está em flagrante diante da mera transposição didática de conteúdos da educação presencial para a não presencial, com olhar direcionado em grande parte para a transmissão e não para processos de subjetivação, construção conjunta, interdisciplinaridade, com um olhar direcionado para a autoria, a formação para a cidadania, a cultura contemporânea e um currículo integrado entre si e com as questões da sociedade em que as escolas estejam inseridas.

Mediante ao fato de que todo esse movimento tecnológico tem modificado as formas do homem comunicar, adquirir/disseminar informações e conseqüentemente suas relações sociais, devemos pensar: como tem ocorrido a inserção das tecnologias para o desenvolvimento do ensino remoto no Brasil, e como ela poderia ser? O professor tem um papel primordial ao criar invenções cotidianas que subvertam a lógica massiva imposta. Sabemos que as dificuldades são inúmeras: a desvalorização da profissão docente, as dificuldades psicológicas e de saúde, a exclusão digital de grande parte da população do Brasil e tantos outros entraves que a educação brasileira passa em dias comuns e agora, em maior potência, com a pandemia.



A partir do nosso olhar como educadoras e atentas aos movimentos contemporâneos ciber culturais e educacionais, buscamos refletir a respeito de como a educação brasileira está se ressignificando ao longo do distanciamento social físico forçado pela Covid-19. Sendo assim, optamos por nomear o que está sendo feito hoje de ensino remoto, não educação a distância. A educação a distância de qualidade possui metodologias próprias de ensino e aprendizagem que não estão sendo consideradas no momento. O que nós observamos em nossas pesquisas a respeito da educação no momento atual é a transposição didática emergencial da educação presencial tradicional para as redes. Nós defendemos a educação on-line, em uma perspectiva diferente da EaD tradicional. Dedicamo-nos ao estudo e prática de métodos formativos em rede e na perspectiva dialógica, interativa, comunicacional, socializadora, de criação coletiva, partindo da prática dos alunos. Educação não é só ensinar conteúdos, precisamos pensar a educação em seu sentido mais amplo.

A preparação de toda a comunidade escolar para a inclusão da tecnologia não se faz do dia para a noite. Investir na formação de professores é uma boa opção para iniciar uma efetiva transformação, valorizando esses atores importantíssimos. Precisamos pensar na educação como um todo, em que não haja um único protagonista (o conteúdo, por exemplo). Acreditamos num processo em rede, em que cada ator (o que age) possa também ser autor (o que cria) em determinado momento. Isso deve valer para todos que são importantes num processo de educação on-line: o aluno, o professor, o material didático, a ambiência formativa proposta pelo mediador, o ambiente virtual de aprendizagem, entre outros, de forma a integrar em rede para a construção do conhecimento.

Nossa proposição é direcionada para a Educação on-line, conceituada por Santos (2014, p. 63) como “o conjunto de ações de ensino-aprendizagem, ou atos de currículo mediados por interfaces digitais que potencializam práticas comunicacionais interativas, hipertextuais e em mobilidade”. Percebe-se que a educação on-line independe de modalidade: educação presencial, semipresencial e a distância. Pode ser utilizada em cursos presenciais, para potencializar as construções educativas que ali são arquitetadas; nos cursos a distância, acrescentando à EAD clássica fundamentos da interatividade, das comunidades de aprendizagem, da construção colaborativa do conhecimento, da autoria, da



coaprendizagem, da docência ativa e das redes de conhecimento; ou nas propostas semipresenciais ou híbridas, combinando os processos tecnológicos com a sala de aula presencial (SANTOS, 2013).

A educação on-line é concebida para promover a (co)autoria do aprendente, a mobilização da aprendizagem crítica e colaborativa, a mediação docente voltada para interatividade e partilha, traz a ciberultura como inspiração e potencializadora das práticas pedagógicas, visa a autonomia e a criatividade na aprendizagem (SANTOS; CARVALHO; PIMENTEL, 2016, p. 24).

A educação on-line não é compreendida exclusivamente pelas tecnologias digitais. Também é amparada pela interatividade, afetividade, colaboração, coautoria, aprendizagem significativa, avaliação adequada, mediação docente implicada, relação síncrono-assíncrono, entre outros, buscando a visão de que aprendemos qualitativamente nas trocas e nas construções conjuntas. Estabelecendo comunidades de conhecimento mediadas pelo digital em rede, mas não somente por ele, o que caracteriza a educação online é a arquitetura pedagógica e não a tecnologia digital em si. Santos (2020) nos presenteia com a diferença entre educação a distância e educação online:

Há desenhos didáticos mais instrucionais, em que docentes orientam estudos, leituras, tiram dúvidas de conteúdos e administram a agenda do sistema. Cada aluno faz suas tarefas, prestando conta das atividades quase sempre individualizadas. Isso é EAD. Alunos aprendem e se formam. Mas preferimos investir em mais comunicação na ciberultura e, para tanto, insistimos no ONLINE. Sendo assim, não é a materialidade do digital em rede que garante a educação online. O que a garante é o currículo que forjamos na mediação interativa e hipertextual da comunicação e da produção do conhecimento em rede (SANTOS, 2020, s.p.).

O projeto que defendemos é voltado para a docência on-line, ativa e interativa, preocupada com processos dialógicos para a construção colaborativa do conhecimento. A composição de uma aula pensando em múltiplas etapas: planejamento, ação, múltiplos atores em interatividade, problematização, artefatos curriculares, avaliação e outras, de forma não linear, coerente com as conexões ciberulturais, sem o foco no conteúdo exclusivamente. Em espaços presenciais e no ciberespaço, a educação on-line assume um



paradigma que congrega a perspectiva comunicacional, com a tecnológica e a pedagógica. As tecnologias podem potencializar as práticas pedagógicas colaborativas, deixando pistas de que não se trata apenas da inclusão das tecnologias em ambiente escolar, mas sim de uma transformação de pensamento sobre o ato educativo.

Que as tecnologias utilizadas sejam interfaces de construções conjuntas, de formas síncronas e assíncronas, potencializando os debates, o pensamento crítico, a criatividade, o fazer em conjunto, as reflexões a respeito da experiência social imposta pela pandemia, a comunicação efetiva e amorosa, o currículo integrado com a realidade dos estudantes, atos de currículo multidisciplinares que reúnam professores, projetos que possam ser realizados para encontrar soluções para problemas contemporâneos e tantas outras discussões necessárias para uma educação de qualidade e que se tornam essenciais à formação do cidadão pronto para lidar com o novo mundo que está por vir. Ao menos é isso que desejamos para o período pós-pandemia: que haja transformação. Um mundo que esperamos ser diferente do atual. Não desejamos voltar ao normal. Desejamos a transformação, mas para melhor. Vamos esperar!

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

HENRIQUE, Trazíbulo. COVID-19 e a internet (ou estou em isolamento social físico). *Interfaces Científicas – Humanas e Sociais*, Aracaju, v. 8, n. 3, p. 173-176, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2KMPtG5>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

SANTOS, Edméa O.; CARVALHO, Felipe S.; PIMENTEL, Mariano. Mediação docente online para colaboração: notas de uma pesquisa-formação na ciberultura. *ETD - Educação Temática Digital*, v. 18, n. 1, p. 23-42, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/index>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

SANTOS, Edméa O. EAD, palavra proibida. Educação online, pouca gente sabe o que é. Ensino remoto, o que temos para hoje. Mas qual é mesmo a diferença? #livesdejunho... *Revista Docência e Ciberultura*. Notícias. 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/announcement/view/1119>>. Acesso em: 28 jun. 2020.



SANTOS, Edméa O. *Pesquisa-formação na cibercultura*. 1. ed. Santo Tirso: Whitebooks, 2014. V. 1. 202p.

SANTOS, Edméa O. Saberes da Docência Online: dialogando com a epistemologia da prática e com os saberes dos professores-tutores da UERJ-CEDERJ. In: MILL, Daniel; MACIEL, Cristiano. (orgs.). *Educação a distância: elementos para pensar o ensino-aprendizagem contemporâneo*. Cuiabá: EdUFMT, 2013. p. 125-144.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.